

## **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A POLÍTICA ALCOOLEIRA NACIONAL: A QUESTÃO DA PRODUÇÃO EXTRA-QUOTA**

**ENÉAS RENTE FERREIRA \***

BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA, 16-17(31-34): 389-391, 1986-1987  
(1 ENCONTRÓ DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA)

### **INTRODUÇÃO**

Este apanhado corresponde a um breve resumo de minha dissertação de mestrado – “O planejamento estatal e o processo de modernização da cultura canvieira: A região açucaraira e alcooleira de Araraquara” a ser apresentada ao Intituto de Geocências e Ciências Exatas da UNESP – Campus Rio Claro.

O trabalho original está constituido em três capítulos o primeiro analisa a gênese da região canvieira de Araraquara, as politicas norteadoras do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a formação dos grupos agro-industriais; o segundo considera o processo de modernização pelo qual vem passando a agro-pecuária nacional, dando especial enfoque para a agro-industria canvieira, como também analisa a substituição das culturas de substistência pelas culturas ditas de exportação (cana, laranja, café); E no terceiro capítulo são realizadas considerações sobre o Programa Nacional do Alcool (proálcool) e as moficações na região em estudo (tema que será melhor desenvolvido doravente).

### **EFEITOS DO PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL NA ÁREA EM ESTUDO.**

Devido ao choque da produção petrolífera mundial (1973), e aos grandes investimentos realizados pelo governo deferal no setor agro-industrial canvieiro, no inicio da decada de 70, no sentido a proveitar o excelente momento da posição do açúcar brasileiro no mercado internacional do Álcool como conseqüência dos fatores apresentados, visto que, o grande “BOOM DO AÇÚCAR TERMINA RAPIDAMENTE E O GOVERNO NECESSITAVA REAVER O CAPITAL INVESTIDO.

Em 14 de novembro de 1975 – Decreto lei nº 76.593 é criado o Programa Nacional do Álcool – cujo principal objetivo era produzir álcool hidratado para consumo em veiculos automotivos.

A região canvieira a Araraquara, anteriormente à implantação do Proálcool, possuía 08 (oito) usinas com destiladas anexas, com uma capacidades estimada em 460.000 litros / álcool / dia, destacando-se as usinas Tomoio, Maringá e Açúcarareira da Serra com uma produção diaria em torno de 100.000 litros / álcool; duas de médio porte, Zanin e Santa Cruz duas de produção pequena

---

\* Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, UNESP, Campus Presidente Prudente, Brasil

15.000 litros / álcool / dia – Santa fé e Ipirange uma não protutora de álcool, a Santa Luiza (figura 1).

Apos 1975, as destilarias anexas passaram a ser beneficiadas com financiamentos do governo deferal a juros baixos e compensadores, dando início ao redimensionamento de seus parques fabris.

Com o proálcool, atribui-se espaço para um novo tipo de empreendimento agro-industrial, que ficou sendo conhecido como destilaria autônoma, desvinculada da produção açucareira, produzindo o álcool diretamente da cana-de-açúcar. Em 1979 é criado diretamente no municipio de Dobrada a primeira destilaria autônoma da região – Lagoa Dourada S / A – álcool e derivados – Industria e comércio – Ibáte; Destilaria Contendas – Taquaritinga 1983 e Destilaria Santa Helena-Ibáte 1984.



Esta última criada a partir de transformação de um alambique de pinga para produzir álcool (figura 1).

As destilarias autônomas tiveram todo o apoio do governo federal e seu financiamento era todo bancado pelo estado ou avalizado por este. Segundo Bray (1983:09) “as condições básicas de financiamento do Proálcool eram as seguintes: a).- para fins agrícolas, 100% de financiamento a taxas de 13 / 15% (dependendo do tamanho do investimento) e reembolso de um (capital circundante) a doze anos (destilarias) 80/90% de financiamento (dependendo da região), 15/17% de juros e 4/12 anos para pagamento.

Des anos após o Proálcool a região canavieira de Araraquara de 460.000 oara 3.235.000 litros/álcool/dia, ampliando em mais de 0.7 (sete) vezes sua capacidade de produção.as maiores produtoras passaram a ser as usinas Santa Cruz e

Maringá – 900.000 e 500.000 litros/álcool/dia – respectivamente, e dentre as destilarias autônomas, a Lagoa Dourada e São Gregório, respectivamente produzindo 390.000 e 180.000 litros/álcool/dia.

Um grave problema verificando com a ampliação da produção alcooleira foi exatamente a chamada produção extra-quota, melhor esclarecendo, produção fora da quota autoirizada pelo IAA e PLANALSUCAR (ressalte-se o fato que álcool estabelecendo pela quota).

Assim temos, dos 3.235 mil litros de álcool produzidos ao dia pela região em estudo, temos 880.000litros correspondendo à produção extra-quota, representada pelas destilarias Maringá. Açucarareira da Serra Lagoa Dourada, contenta-se e Santa Cruz, estando esta última produzindo 475.000litros/álcool/dia, correspondendo a uma produção maior que sua capacidade oficial 425 mil litros/álcool/dia.

A questão é considera tão grave que o estado de São Paulo, através de Coselho Estadual deEnergia fez encaminhar um estudo intitulado “Aferição Preliminar das –fontes de Dados sobre a Capacidade de Produção de Álcool no Estado do São Paulo” – 04/12/85 – no sentido de questionar as fontes mais viáveis para se chegar à real capacidade de produção de álcool no estado.

A guisa de exemplo, para a safra 1985 / 86 a Sociedade dos Produtores de Álcool (SOPRAL) estima a safra em 12,6 bilhões de litros; a fundação João Pinheiro – MG estima-a em 14,5 bilhões previstos e autorizados pelo I. A. A., para a safra 1985 / 86 (conselho Estadual de Energia, 1985:04).

Em função desta falta de controle por parte das autoridades, observa-se que as áreas de cana de açúcar têm crescido desordenadamente sem que hajam estadísticas confiaéis das quantidades de materias-primas despinivéis no Estado de São Paulo (Conselho Estadual de Energia, 1985:10).

O próprio documento do Conselho Estadual de Energia termina contentando que: “na realidade verifica-se que a empresa produtira toma a decisão de expandir a sua área plantada adiantadamente em relação à implantação de novos equipamentos”... “é comun se plantar a cana-de –açúcar e depois messes mais tarde, solicitar autorização à Comissão Nacional do Álcool (CENAL) ou até casos de comecem a moer a cna para produzir o álcool sem a devida autorização do CENAL” (1985:09).

Ao nosso ver, apesar das medidas tomadas pelo governo do Estado, a partir desta década de 808 (Bases para um Plano de Desenvolvimento do oeste do Estado de São Paulo) – Diretrizes para a nálise de projetos do Proálcol no Estado de São Paulo – Aferição Preliminar das Fontes de Dados Sobre a Capacidade de Produção de Álcool no Estado de São Paulo, não estão conseguindo conter os usineiros, no tocante à produção do álcool. Os empresários rurais possuem um poder de pressão muito grande e bem ou mal, geram um grande número de

empregos e sub-empregos com os quais ameaçam o estado, caso este venha a tomar medidas mais drásticas, no sentido de controlar a produção alcooleira.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRAY, Silvio Carlos (1983) Agricultura Energética, 4º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia. MG.

CONSELHO ESTADUAL DE ENERGIA (1985) *Aferição Preliminar das Fontes de Dados Sobre a Capacidade de Produção de Álcool no Estado de São Paulo*, mimeografado São Paulo.